



BOLETIM OFICIAL de São Francisco do Sul

Edição 478

São Francisco do Sul, 18 de setembro de 2017

DECRETOS



SÃO FRANCISCO DO SUL

DECRETO Nº 2.686, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde, realizada na IX Conferência Municipal de Saúde, e com fulcro no art. 4º, da Lei Municipal nº 717, de 14 de maio de 2009, que dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal de Saúde, com mandato de 02 (dois) anos, a partir de 12 de setembro de 2017, identificados com suas respectivas entidades e segmentos, os seguintes membros:

I - representantes do governo:

a) Secretária Municipal de Saúde:
Titular: Nádia Moreira Raposo;
Suplente: Shayane Stanik Moreira.

b) Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Aline Mamede do Rosário;
Suplente: Alessandra Mattar Defreitas.

II - representantes da Saúde:

a) Agente Comunitário de Saúde:
Titular: Marlene Dutra;
Suplente: Renata Limoni.

b) Saúde Bucal:
Titular: Mariana Souza Silva;
Suplente: Neusa Borges Correia.

c) Enfermagem:
Titular: Kamille Karoene Negrão;
Suplente: Thyana Caldeira Gomes.

d) Medicina:
Titular: Daffne F. G. Souza Ignácio;
Suplente: Lizabel Balta Zumba Baniski.



SÃO FRANCISCO DO SUL

DECRETO Nº 2.686, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.

III - representantes dos Prestadores de Serviços em Saúde:

a) Rede Feminina:

Titular: Dinaura de Oliveira;

Suplente: Ana Salete Rodrigues dos Santos.

b) Instituto IDEAS:

Titular: Danilo Campos Pavarine;

Suplente: Henrique de Souza Schultz.

c) Corporação de Bombeiros Voluntários de São Francisco do Sul:

Titular: Edinei dos Santos;

Suplente: Djalmir C. Bonetto.

IV - representantes dos usuários:

a) Comunidade Terapêutica Divina Misericórdia:

Titular: Maridilce G. da Rocha;

Suplente: Jamile Foerster.

b) Lions Clube:

Titular: Ismael de Freitas;

Suplente: Antônio M. de Mendonça.

c) Associação de Moradores do Bairro Rocio Pequeno:

Titular: Luciane Garcez;

Suplente: Amilton Francisco Garcez.

d) Indígenas:

Titular: Nirio da Silva;

Suplente: Denilson R. Oliveira.

e) Associação dos Aposentados:

Titular: José Wilson Della Giustina;

Suplente: Eulália de Oliveira.

f) Associação de Moradores do bairro Majorca:

Titular: Janet S. Pilbernat;

Suplente: Jair Sant Ana

g) Associação de Moradores do bairro Iperoba:

Titular: Joice M. Gieseler;

Suplente: Guicele R. Freitas.



SÃO FRANCISCO DO SUL

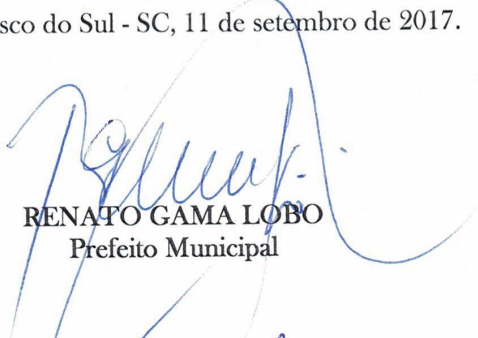
DECRETO Nº 2.686, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.

h) Associação Comunitária da Enseada do Acaraí:
Titular: Ceila M. Menezes;
Suplente: Janaina Correia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 11 de setembro de 2017.


RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal


NÁDIA MOREIRA RAPOSO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado em 11/09/2017.


Henrique Celestino Bueno Junior
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.667, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**ALTERA O DECRETO Nº 2.613, DE 24 DE MAIO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.**

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 59, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 748, de 9 de julho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso II, do art. 1º, do Decreto nº 2.613, de 24 de maio de 2017, que dispõe sobre a nomeação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º [...]

I – [...]

II – representantes das Organizações Não-governamentais:

a) Associação Empresarial de São Francisco do Sul – ACISFS: (NR)

Titular: Douglas Gonçalves; (NR)

Suplente: Stephane Kuhl Silva. (NR)

b) Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso do Porto Organizado de São Francisco do Sul – OGMO – SFS: (NR)

Titular: Nadian Lasala de Almeida; (NR)

Suplente: Hugo Raposo. (NR)

c) Associação de Aposentados e Pensionistas de São Francisco do Sul – AAPSFTRANS: (NR)

Titular:

Suplente:

d) União Francisquense de Engenheiros e Arquitetos - UFEA:

Titular: Clarisse de Carvalho Eggert;

Suplente: Raphael Urresta.

e) Ordem de Advogados do Brasil – OAB:

Titular: Isys Silva de Camargo;

Suplente: Thaynara Delmondes Nogueira. (NR)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 14 de agosto de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

DECRETO Nº 2.669, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**ALTERA O DECRETO Nº 2.499, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016 QUE DISPÕE SOBRE A DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM.**

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e, com base na Lei nº 809/2009, de 19 de outubro de 2009 e Lei nº 581, de 14 de dezembro de 2007:

Art. 1º Fica alterado o inciso III, do art. 1º, do Decreto nº 2.499, de 30 de setembro de 2016, que dispõe sobre a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Francisco do Sul – CMDM,

que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º [...]

I – [...]

II – [...]

III – Secretária: Aline Mamede. (Representante da Secretaria Municipal de Saúde) (NR)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 20 de julho de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 21 de agosto de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

DECRETO Nº 2.674, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e XIII, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 3º, da Lei Municipal nº 522, de 30 de março de 2007, e a Lei Municipal nº 641, de 8 de julho de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, os membros titulares e suplentes, conforme segue:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Educação:

1. Titular: Cecília Terezinha de Oliveira Ricardo

2. Suplente: Marilza de Braga Castro

b) Secretaria Municipal de Saúde:

1. Titular: Adriane Regina de Souza

2. Suplente: Rosimery Leite

c) DEMTRAN:

1. Titular: Gilberto de Moura

2. Suplente: Gilberto Aparecido de Freitas

d) Gerência de Esportes:

1. Titular: Fabiolla Colla da Silva Herbst

2. Suplente: Itacir João Rosa

DECRETO Nº 2.674, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

e) Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul:

1. Titular: Jamile Kruger Mira

2. Suplente: Aldair Carvalho

f) Secretaria de Administração, Finanças e Gestão de

Pessoas:

1. Titular: Adriana Teixeira Davies

2. Suplente: Maria de Fátima Goulart

g) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e

da Cidadania:

1. Titular: Eliane Batista

2. Suplente: Marinês Terezinha Quadros Machado de

Souza

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) OAB de São Francisco do Sul:

1. Titular: Paulo Henrique Hostin Silva

2. Suplente: Jorge Musse Neto

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de

São Francisco do Sul -

APAE:

1. Titular: Diego Cabral Siebers

2. Suplente: Tais de Oliveira Raposo Rosa

c) Ass. Comunitária Cristã - São Paulo Apóstolo - Lar

dos Idosos:

1. Titular: Ailton da Costa

2. Suplente: Manoel Francisco Patrui

d) Associação de Aposentados e Pensionistas de São

Francisco do Sul:

1. Titular: Eulália de Oliveira

2. Suplente: José Wilson Della Giustina

e) Rotary Club de São Francisco do Sul:

1. Titular: Acir Gonçalves

2. Suplente: Izabela Santos de Oliveira Gonçalves

f) Rede Feminina de Combate ao Câncer de São

Francisco do Sul:

1. Titular: Lígia Tavares da R. de Oliveira

2. Suplente: Maria Angélica Pacheco Pereira

g) Clube da Terceira Idade Babitonga

1. Titular: Maria do Carmo Mécia

2. Suplente: Zenilda de Castro

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI será de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos pelo mesmo período, admitindo-se o exercício consecutivo de, no máximo, 02 (dois) mandatos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a partir de 17 de julho de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 30 de agosto de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

DECRETO Nº 2.676, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.**ALTERA O DECRETO Nº 2.456, DE 15 DE JULHO DE 2016, QUE NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.744, de 15 de julho de 2016, que instituiu o Plano Municipal de Educação de São Francisco do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I, II, III e IV, do art. 1º, do Decreto nº 2.456, de 15 de julho de 2016, que nomeou os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º [...]

I – representantes da Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Sul:

a) Marcos Jeronimo de Araujo – Titular;

b) Diogo Cidral – Suplente.

c) II – representantes do Conselho Municipal de Educação:

d) Geovani dos Santos Macedo - Titular;

e) Carlos Roberto Santos de Carvalho – Suplente.

f) III – representantes do Fórum Municipal de Educação:

g) Rosana Mara Ignácio – Titular;

h) Sílvia Maria Cardoso de Castilho – Suplente.

i) IV – representantes da Comissão de Elaboração do

PME do Município de São Francisco do Sul:

j) Rafael Lopes Dantas – Titular;

k) Cecília Terezinha de Oliveira Ricardo – Suplente."

DECRETO Nº 2.676, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 30 de agosto de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

MARCOS JERONIMO DE ARAUJO

Secretário Municipal de Educação

DECRETO Nº 2.677, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.898, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.**

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.898, de 5 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964,

nas seguintes dotações orçamentárias:

27.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

27.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2065 – Manutenção do Programa Gestão Plena

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.20000 –Rec.de impostos e de transf. imp-saúde.....R\$ 3.000.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃOR\$ 3.000.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.001 – SECRETARIA EXECUTIVA DO GABINETE

2003 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

335000.000 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins

Lucrativos

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 10.000,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 9.000,00

02.005 – COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

2074 – Manutenção da Unidade de Controle Interno

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 1.000,00

03.00 – GABINETE DO VICE PREFEITO

03.001 – GABINETE DO VICE PREFEITO

2005 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Vice-prefeito

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 10.000,00

05.00 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

05.001 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2006 – Manutenção da Estrutura da Assessoria Jurídica

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 9.000,00

06.00 – DIRETORIA DO NÚCLEO AVANÇADO DE GESTÃO

06.001 – DIRETORIA DO NÚCLEO AVANÇADO DE GESTÃO

2007 – Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de

Governo

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 2.250,00

06.002 – GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

2047 – Implantação da Comunicação Institucional da Pmsfs

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 154.500,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 9.000,00

07.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

07.001 – GERENCIA TÉCNICA

1004 – Sinalização Horizontal / Vertical

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 2.250,00

2008 – Manutenção Dos Serviços Viários

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 11.000,00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS

08.002 – GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS

1006 – Manutenção e Atualização da Frota Municipal

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 14.000,00

1007 – Construção e Reforma de Prédios Públicos

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 35.000,00

2010 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Administração

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 23.000,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 10.000,00

08.006 – COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

2002 – Manutenção da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 2.895,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 6.000,00

08.007 – COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2012 – Manutenção da Gerência de Tributação e Fiscalização

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 15.000,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 10.000,00

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 1.000.000,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4600000.000 – Amortização da Dívida

4690000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 1.050.000,00

2011 – Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Finan-

ças - Gerência Financeira e Gerência de Contabilidade

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

08.009 – COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

1010 – Aquisição de Equipamentos

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 9.000,00

DECRETO Nº 2.677, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

09.001 – GERENCIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2012 – Manutenção da Gerência de Tributação e Fiscalização

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.773,00

09.003 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E CONTROLE

2011 – Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Finan-

ças - Gerência Financeira e Gerência de Contabilidade

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 26.232,00

11.00 – SECRETARIA DE DESENVOLV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

11.001 – GER. DE APOIO E FOMENTO À IND, PORTO, PREST SERVI

1011 – Desenvolvimento Econômico do Município

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 2.550,00

2015 – Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.767,00

11.002 – COORDENADORIA DO CEMEP

2016 – Manutenção da Educação Profissionalizante

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

11.003 – GERÊNCIA DE TURISMO

2018 – Realização de Eventos Artísticos, Culturais, Esportivos e Atividades de Promoção Turística

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

2016 – Manutenção da Educação Profissionalizante

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

11.003 – GERÊNCIA DE TURISMO

2018 – Realização de Eventos Artísticos, Culturais, Esportivos e Atividades de Promoção Turística

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

2016 – Manutenção da Educação Profissionalizante

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

2016 – Manutenção da Educação Profissionalizante

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

2016 – Manutenção da Educação Profissionalizante

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

2016 – Manutenção da Educação Profissionalizante

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

2016 – Manutenção da Educação Profissionalizante

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

2016 – Manutenção da Educação Profissionalizante

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

2016 – Manutenção da Educação Profissionalizante

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 5.000,00

DECRETO Nº 2.677, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

18.00 – SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUT, URBANISMO E INTEGRA

18.004 – GERÊNCIA DE URBANISMO

2039 – Manutenção das Atividades Administrativas da Sec. de Infraestrutura, Urbanismo e Integração

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3350000.000 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$4.500,00

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 4.900,00

20.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

20.001 – GERENCIA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

1040 – Programa de Proteção ao Meio Ambiente

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 4.950,00

2043 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria do Meio Ambiente

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 14.685,00

2044 – Manutenção do Parque Morro do Hospício

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 9.750,00

22.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

22.001 – GERÊNCIA DE EDIÇÃO DE ÁUDIO

2047 – Implantação da Comunicação Institucional da PMSFS

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 9.750,00

22.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

22.001 – GERÊNCIA DE EDIÇÃO DE ÁUDIO

2047 – Implantação da Comunicação Institucional da PMSFS

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinária

rios.....R\$ 4.554,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$ 3.000.000,00**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.**Art. 4º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 31 de agosto de 2017.

RENATO GAMA LOBO**Prefeito Municipal****ULIO ELOI DA SILVA**

Secretário Municipal de Administração,

Finanças e Gestão de Pessoas

NÁDIA MOREIRA RAPOSO

Secretária Municipal de Saúde

LEIS**LEI Nº 1.896, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.****DIPÔE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****O Prefeito Municipal de ao Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:**Art. 1º** Cria o Programa Municipal de Assistência à Saúde para dispensação de Medicamentos, Materiais e Equipamentos para Promoção à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul.**Art. 2º**

LEI Nº 1.896, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

IV - Medicamentos de uso contínuo - São medicamentos usados no tratamento de doenças crônicas, os quais o paciente deverá fazer uso ininterruptamente, conforme a prescrição.

§1º Os medicamentos devem estar nos termos das políticas públicas, das listas padronizadas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTa) do Sistema Único de Saúde (SUS), os quais devem estar prescritos obrigatoriamente em conformidade com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), constando o nome do princípio ativo e, quando pertinente, o nome de referência da substância, devendo obedecer ainda o Decreto Municipal nº 2.388, de 23 de fevereiro de 2015, ou outro que venha a alterá-lo.

§2º A prescrição deve ser realizada através de profissional do Sistema Único de Saúde ou conveniado ao Sistema Único de Saúde, devidamente habilitado e registrado no conselho de classe.

Art. 3º A dispensação de materiais e equipamentos são entendidos como órteses, próteses, cadeira de rodas, cama hospitalar, curativos básicos e especiais e outros compreendidos como medicamentos, para assistência à saúde.

§1º Os materiais e equipamentos devem estar nos termos das políticas públicas, das listas padronizadas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTa) do Sistema Único de Saúde (SUS), os quais devem estar prescritos obrigatoriamente em conformidade com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), devendo obedecer ainda o Decreto Municipal nº 2.388, de 23 de fevereiro de 2015, ou outro que venha a alterá-lo.

§2º A prescrição deve ser realizada através de profissional do Sistema Único de Saúde ou conveniado ao Sistema Único de Saúde, devidamente habilitado e registrado no conselho de classe.

Art. 4º Para fins de prescrição são considerados como prescritores os profissionais médicos, odontólogos, enfermeiros e farmacêuticos.

§1º Ao odontólogo, é permitido prescrever medicamentos para fins de sua área, conforme Anexo I;

§2º Ao enfermeiro, é permitido prescrever conforme protocolos e legislação específica ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou Ministério da Saúde, conforme Anexo II;

§3º Ao farmacêutico, é permitido prescrever medicamentos de acordo com a Lista de Grupos e Indicações Terapêuticas Especificadas (GITE), isentos de prescrição médica, e, ainda, de acordo com protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal, quando se tratar de medicamentos sob prescrição médica, conforme Anexo III.

Art. 5º A dispensação através da Farmácia Básica Municipal - FBM obedecerá a Relação Municipal de Medicamentos - REMUME:

§1º A Farmácia Básica Municipal - FBM deverá conter no período integral de funcionamento Responsável Técnico, devidamente habilitado, com registro no Conselho Regional/Federal de Farmácia, devendo constar o registro da responsabilidade técnica junto ao Conselho de classe.

§2º A forma de dispensação obedecerá ao rito interno da unidade ou por meio de Portaria do Secretário Municipal de Saúde.

§3º Em caso de ausência de medicamento na Relação Municipal de Medicamento - REMUME, poderá, através de solicitação formal, fundamentada do Secretário Municipal de Saúde, profissionais Médicos do Sistema Único de Saúde ou conveniados e outras áreas afins, solicitar à Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde - CFT/SMS-SFS a incorporar o medicamento na Relação Municipal.

§4º A Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul - CFT/SMS-SFS atuará em conformidade ao Decreto Municipal nº 2.172, de 25 de novembro de 2014 e/ou outra legislação que venha a alterar.

Art. 6º A Unidade de Dispensação de Componente Especializado - UDCE, fica responsável:

I - Pela dispensação de medicamentos não previstos na Relação Municipal de Medicamentos - REMUME, mas previstos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME;

II - Pelos materiais e equipamentos compreendidos no caput do art. 3º, desta Lei.

§1º Para dispensação da Unidade de Dispensação de Componente Especializado - UDCE, os interessados deverão realizar um prévio cadastro, com apresentação:

I - Original e Cópia de Documento de Identidade e/ou da Certidão de Nascimento;

II - Original e Cópia do Cartão Nacional de Saúde/ SUS;

III - Original e Cópia do comprovante de residência;

IV - Comprovante de renda, para prova documental da condição econômico-financeira, a saber: Comprovante de rendimento, certidão do Registro de Imóveis e do Órgão de Transito (IDR TJSC nº 0302355-11.2014.8.24.0054/50000);

V - Laudo de Solicitação, Avaliação e Autorização de Medicamentos em 01 (uma) via, emitido a menos de 60 dias;

VI - Receita Médica, em 02 vias, dentro da validade de 30 (trinta) dias da sua emissão;

VII - Formulário para Requerimento de Medicamento, conforme Anexo IV desta Lei.

§2º A Unidade de Dispensação de Componente Especializado - UDCE deverá conter no período integral de funcionamento Responsável Técnico, devidamente habilitado, com registro no Conselho Regional/Federal de Farmácia, devendo constar o registro da responsabilidade técnica junto ao Conselho de classe, podendo ser o mesmo profissional constante no art. 5º, § 1º, desta Lei.

§3º Nos casos em que não for possível a dispensação da quantidade exata devido à apresentação farmacêutica, deve ser dispensada a quantidade superior mais próxima à calculada, de maneira a promover o tratamento completo do paciente.

§4º Quando a prescrição expressar o uso de um medicamento de forma condicional, tais como "se dor", "se febre", "se náuseas", dentre outras, será dispensada quantidade suficiente para 3 (três) dias de tratamento.

§5º A dispensa de medicamentos para o tratamento de condições crônicas deverá ser realizada com intervalo mensal, pelo período de validade da receita.

§6º Sempre que vencida a Receita Médica, Laudo de Solicitação, Avaliação e Autorização de Medicamentos, na forma do inciso V, deste artigo, deverá o interessado apresentar documento renovado.

PROJETO DE LEI Nº 32, DE 11 DE JULHO DE 2017.

§7º É vedado o fornecimento de medicamentos para meses anteriores à data da realização da dispensa, bem como, a dispensa de mais de um fármaco ou esquema posológico que faculte ao dispensador ou usuário uma escolha.

§8º Em caráter excepcional, poderá a Unidade de Dispensação de Componente Especializado - UDCE fornecer medicamento em eventual ausência na Farmácia Básica Municipal - FBM, desde que sejam preenchidos os documentos.

Art. 7º No ato da dispensa devem ser registrados:

§1º Na via do paciente os seguintes dados:

I - identificação da Unidade Dispensadora;

II - data da dispensa;

III - quantidade enviada de cada medicamento;

IV - nome legível do dispensador.

§2º Na via da Unidade:

I - Identificação do paciente e unidade dispensadora;

II - Data da dispensa;

III - Quantidade enviada de cada medicamento;

IV - Assinatura do paciente;

V - Declaração de eventuais informações passadas ao paciente;

VI - Valor do item dispensado;

VII - Conter o cadastro completo do paciente, com seus dados pessoais.

Art. 8º As receitas terão validade de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

§1º As receitas de medicamentos para o tratamento de condições crônicas que expressem o termo "uso contínuo" terão validade de 180 (cento e oitenta) dias de tratamento, contados a partir da data de emissão.

§2º As receitas de medicamentos para o tratamento de condições crônicas prescritas em quantidade igual ou superior a 30 (trinta) dias de tratamento, que expressem ou não o termo "uso contínuo", serão consideradas válidas pelo período correspondente à quantidade expressa, respeitando-se o máximo de 180 (cento e oitenta) dias de tratamento a partir da data de emissão.

§3º A validade da receita de medicamentos sujeitos a controle especial deverá atender obrigatoriamente à legislação específica.

§4º A validade da receita de medicamentos antimicrobianos deverá atender obrigatoriamente à legislação específica.

§5º A validade da receita de contraceptivos hormonais será de 180 (cento e oitenta) dias de tratamento, a partir da data de sua emissão, desde que expressa à condição "uso contínuo". Caso contrário, deverá se respeitar a duração do tratamento expressa pelo prescritor não podendo ultrapassar 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 9º O Secretário Municipal de Saúde será responsável por fazer cumprir as disposições desta Lei, podendo delegar para seus Gerentes o cumprimento da mesma.

Art. 10. É vedada a dispensa de medicamentos sujeitos a controle especial a menor de 18 (dezoito) anos, exceto ao emancipado.

§1º Fica igualmente vedado a dispensa de medicamentos a familiares, entre outros, em nome do paciente.

§2º Familiares, entre outros, poderão retirar medicamentos em nome do paciente, desde que estejam portando Procuração assinada pelo paciente com firma reconhecida em Cartório.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 29 de agosto de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

NÁDIA MOREIRA RAPOSO

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I - Prescrição de medicamentos pelo Odontólogo

LEI Nº 1.896, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Cirurgiões-dentistas - São profissionais da saúde legalmente aptos a prescrever, conforme estabelecido na Portaria Ministério da Saúde nº 1.625 de 10 de julho de 2007.

Compete a prescrição e aplicação de especialidades farmacêuticas de uso interno e externo para tratamento de agravos relativos à saúde bucal e é vedada ao a prescrição de medicamentos para tratamento de agravos que não sejam da competência da Odontologia.

Os medicamentos comuns na rotina da prescrição odontológica são antissépticos, analgésicos, antibióticos e anti-inflamatórios não esteroides - AINES, com menos frequência, os corticosteróides.

Dentre os psicofármacos que podem ser prescritos pelo estão os analgésicos opióceos fracos derivados, sintéticos ou não, da morfina e outros utilizados no tratamento de nevralgia do trigêmeo, de disfunções da articulação temporomandibular (DTM) e de dores neuropáticas. Antiepilépticos e antidepressivos também podem ser prescritos para o tratamento desses agravos. Em pacientes ansiosos e/ou fóbicos, podem ser usados ansiolíticos somente no pré e pós operatório.

ANEXO II - Prescrição de medicamentos pelo Enfermeiro

LEI Nº 1.896, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

A prescrição de medicamentos pela equipe de enfermagem é ação privativa do Enfermeiro. Os limites legais, para a prática desta ação, são os Programas de Saúde Pública e rotinas aprovadas em instituições de saúde públicas ou privadas.

Parâmetros legais:

Lei Federal nº 7.498/86;

Decreto Presidencial nº 94.406/87;

Portaria GM/MS nº 2488/2011.

No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, a dispensa de medicamentos será realizada exclusivamente quando a prescrição do enfermeiro for oriunda de serviços próprios.

ANEXO III - Prescrição de medicamentos pelo Farmacêutico

LEI Nº 1.896, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

A prescrição de medicamentos pelo farmacêutico é restrita aqueles enquadrados como isentos de prescrição médica. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA especifica os medicamentos isentos de prescrição médica por meio da Lista de Grupos e Indicações Terapêuticas Especificadas (GITE).

Parâmetros legais:

1. Resolução RDC ANVISA nº 138, de 29 de maio de 2003. Dispõe sobre o enquadramento na categoria de venda de medicamentos.

LEI Nº 1.896, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

2. Resolução CFF nº 586 de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências.

No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, a dispensa de medicamentos constantes de protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal será realizada exclusivamente quando a prescrição do farmacêutico for oriunda de serviços próprios.

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE MEDICAMENTO

LEI Nº 1.896, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Dados do Requerente:

Dados da Prescrição:

Nome:	
CPF nº	Cartão SUS nº
Contato (e-mail e Telefone)	
Atendimento que originou a prescrição: () Particular () Convênio - Qual?	
() SUS - Unidade de atendimento:	

Medicamento (DCB/DCI1):
Posologia: Duração do Tratamento:
Validade da Receita: Registro na ANVISA: () Sim () Não.
Indicação em conformidade com a aprovada no registro: () Sim () Não.
Previsto em PCDT da doença listada abaixo: () Sim () Não.
Consta em padronização oficial (ex. REMUME, RENAME ou listas regionais ou estaduais): () Sim () Não.

O preenchimento do formulário deve ser feito pelo médico com LETRA LEGÍVEL, em atenção ao art. 11 do Código de Ética Médica.

Qual(is) a(s) doença(s) que acomete(m) o requerente e que motivaram a prescrição? CID:

Doença:

Características da Doença:

Quais as opções de tratamento oferecidas pelo SUS para a doença citada?

As alternativas terapêuticas oferecidas pelo SUS já foram utilizadas? () Sim () Não. Em caso afirmativo: Especifique o período de tratamento e a resposta do requerente:

O requerente faz uso de outro(s) tratamento(s) (farmacoterapêuticos ou não)? Qual(is)?

O tratamento indicado na sua prescrição pode ser substituído por alguma alternativa oferecida pelo SUS?

() Sim - Especifique qual

(is): () Não - Justifique detalhadamente:

• Favor fornecer ao requerente nova prescrição.

• Se apontada inefetividade terapêutica (evento adverso) e/ou desvio de qualidade dos medicamentos (queixa técnica), ou sua suspeita, esclareça os motivos que levaram a esta conclusão:

Houve notificação à ANVISA - NOTIVISA dos eventos acima? ()

Não () Sim

Qual(is) a(s) consequência(s) ao requerente caso este não seja submetido ao medicamento(s) indicado(s) a curto, médio e longo prazo?

A não utilização imediata do(s) medicamento(s) importa em risco de morte?

() Sim. Justificativa:

() Não. Justificativa:

A não utilização imediata do(s) medicamento(s) importa em agravamento da doença?

() Sim. Justificativa:

() Não. Justificativa:

Declaro, por fim, que não possuo qualquer interesse na prescrição do medicamento/insumo, que não a saúde do paciente, bem como não mantenho qualquer vínculo com a indústria farmacêutica, de órteses, próteses e materiais especiais, distribuidores e em pesquisa clínica relacionada à esta prescrição: () Sim () Não.

Prescritor (Carimbo e Assinatura) Data / /

Denominação Comum Brasileira ou, na falta desta, Denominação Comum Internacional.

Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas.

REMUME: Relação Municipal de Medicamentos / RENAME: Relação Nacional de Medicamentos Essenciais

Para Preenchimento do Requerente:

9. O requerente possui convênio particular de saúde? () Sim. Qual: () Não.

9.1. Em caso afirmativo, houve a tentativa de obter o medicamento pelo convênio? () Sim () Não.

9.2. Houve negativa? () Sim () Não.

9.3. Negativa: () Verbal () Escrita Data: / /

10. O requerente buscou obter o medicamento pelo SUS? () Sim () Não.

10.1. Houve negativa? () Sim () Não.

10.2. Em caso afirmativo:

() Município () Verbal () Escrita Data: / /

() Estado () Verbal () Escrita Data: / /

() União () Verbal () Escrita Data: / /

TERMO DE CONSENTIMENTO:

Declaro que estou ciente das informações fornecidas e autorizo a exposição dos dados médicos em âmbito judicial e administrativo: () Sim () Não.

Assinatura do Requerente:

Data: / /

LEI Nº 1.897, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 2º Fica acrescido o art. 8-A, na Lei nº 1.299/2011, com a seguinte redação:

“Art. 8º - A. Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF constituídos por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, devem atuar em parceria com os profissionais das Estratégia Saúde da Família - ESF, compartilhando as práticas em saúde nos territórios sob responsabilidade das unidades de ESF.

§ 1º Os NASF não se constituem em porta de entrada do sistema, e devem atuar de forma integrada à rede de serviços de saúde, a partir das demandas identificadas no trabalho conjunto com as equipes Saúde da Família.

§ 2º A responsabilização compartilhada entre as equipes de ESF e a equipe do NASF na comunidade prevê a revisão da prática do encaminhamento com base nos processos de referência e contrarreferência, ampliando-a para um processo de acompanhamento longitudinal de responsabilidade da equipe de Atenção Básica/ Saúde da Família, atuando no fortalecimento de seus atributos e no papel de coordenação do cuidado no SUS.

§ 3º O NASF deve buscar instituir a plena integralidade do cuidado físico e mental aos usuários do SUS por intermédio da qualificação e complementaridade do trabalho das Equipes Saúde da Família - ESF.”

Art. 3º Fica alterado o art. 9º, da Lei nº 1.299/2011, e acrescidos os §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 9º Para viabilizar a execução do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, ficam criadas as funções gratificadas dentro do NASF, de acordo com o § 1º, art. 8º, desta Lei, devendo obedecer ao Código Brasileiro de Ocupações - CBO e Art. 3º, §2º, da Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008, do Ministério da Saúde, ou outra que venha a alterá-la.

§ 1º Os profissionais do NASF devem ser cadastrados em uma única unidade de saúde, localizada preferencialmente dentro do território de atuação das equipes de Saúde da Família às quais estão vinculados.

§ 2º Cada NASF realizará suas atividades vinculadas no mínimo a 5 (cinco) Equipes de Saúde da Família e no máximo 9 (nove) Equipes de Saúde da Família.

§ 3º O NASF será composto em até seis profissionais qualificados, conforme § 1º, do art. 8º, desta Lei e caput deste artigo, não podendo ser superior a 02 (dois) profissionais da mesma ocupação.”

Art. 4º Fica alterado o §1º, do art. 11, da Lei nº 1.299/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 [...]

§ 1º Os servidores públicos municipais interessados em participar dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF, ocupantes de cargos que compõe o Núcleo submeter-se-ão a Processo Seletivo Interno, de caráter transitório, no qual se dará preferência aos que possuam cursos complementares ou experiência comprovada na área de saúde pública comunitária ou medicina-comunitária, exigindo-se especialização para exercício da função, conforme o caso.”

Art. 5º Fica acrescido o art. 11-A, na Lei nº 1.299/2011, com a seguinte redação:

“Art. 11-A Será de competência da Secretaria de Saúde:

I- definir o território de atuação de cada NASF quando as equipes de Saúde da Família às quais estes NASF estiverem vinculados pertencerem a um mesmo Município ou ao Distrito Federal;

II - planejar as ações que serão realizadas pelos NASF, como educação continuada e atendimento a casos específicos;

III - definir o plano de ação do NASF em conjunto com as equipes/unidades de ESF, incluindo formulários de referência e contra-referência, garantindo a interface e a liderança das equipes de Saúde da Família no estabelecimento do cuidado longitudinal dos indivíduos assistidos, bem como de suas famílias;

IV - selecionar, contratar e remunerar os profissionais para os NASF, em conformidade com a legislação vigente;

V - manter atualizado o cadastro de profissionais, de serviços e de estabelecimentos sob sua gestão;

VI - disponibilizar a estrutura física adequada e garantir os recursos de custeio necessários ao desenvolvimento das atividades mínimas descritas no escopo de ações dos diferentes profissionais que compõem os NASF;

VII - realizar avaliação de cada NASF, estimulando e viabilizando a capacitação dos profissionais;

VIII- assegurar o cumprimento da carga horária dos profissionais dos NASF; e

IX- estabelecer estratégias para desenvolver parcerias com os demais setores da sociedade e envolver a comunidade local no cuidado à saúde da população de referência, de modo a potencializar o funcionamento dos NASF.”

Art. 6º Fica alterado o caput, do art. 12, da Lei nº 1.299/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Os servidores que ingressarem para exercer as funções dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF, deverão exercer jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais ou jornada igual as equipes de Estratégia Saúde da Família, realizando atendimentos nas unidades de saúde, bem como visitas a os domicílios na sua área de abrangência, mantendo e atualizando cadastros de familiares e fichas individuais de prontuário e submetendo-se a treinamento e às normas de controle e avaliação da Secretaria Municipal da Saúde.”

Art. 7º Fica alterado o caput do art. 14, e acrescido o §6º, da Lei nº 1.299/2011, vigorando com a seguinte redação:

“Art. 14. Em face das características diferenciadas dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF, fica assegurada a percepção de gratificação de função pela participação nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) aos servidores públicos municipais que exercerem suas funções em unidades dos NASF.

[...]

§ 6º O valor de gratificação aos funcionários, que exerçam atividades no NASF serão subsidiados integralmente com o valor de repasse mensal federal ao NASF, de acordo com a Portaria nº 548, de 4 de abril de 2013, do Ministério da Saúde, ou outra que venha a alterá-la.”

Art. 8º Fica alterado o Anexo II, da Lei nº 1.299, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

LEI Nº 1.897, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

“ANEXO II

São ações de responsabilidade de todos os profissionais que compõem os NASF, a serem desenvolvidas em conjunto com as Equipes de Saúde da Família - ESF:

- identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, as atividades, as ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas;

- identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações;

- atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pelas ESF e de Interação Domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos;

- acolher os usuários e humanizar a atenção;

- desenvolver coletivamente e individualmente, com vistas à intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras;

- promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais de Saúde;

- elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades dos NASF por meio de cartazes, jornais, informativos, faixas, folders e outros veículos de informação;

- avaliar, em conjunto com as ESF e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implementação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores previamente estabelecidos;

- elaborar e divulgar material educativo e informativo nas áreas de atenção dos NASF; e

- elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pelas ESF e os NASF do acompanhamento dos usuários, realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada.

Ações de Atividade Física/Práticas Corporais - Ações que propiciem a melhoria da qualidade de vida da população, a redução dos agravos e dos danos decorrentes das doenças não-transmissíveis, que favoreçam a redução do consumo de medicamentos, que favoreçam a formação de redes de suporte social e que possibilitem a participação ativa dos usuários na elaboração de diferentes projetos terapêuticos.

A Política Nacional de Promoção da Saúde - PT nº 687/GM, de 30 de março de 2006, compreende que as Práticas Corporais são expressões individuais e coletivas do movimento corporal advindo do conhecimento e da experiência em torno do jogo, da dança, do esporte, da luta, da ginástica. São possibilidades de organização, escolhas nos modos de relacionar-se com o corpo e de movimentar-se, que sejam compreendidas como benéficas à saúde de sujeitos e coletividades, incluindo as práticas de caminhadas e orientação para a realização de exercícios, e as práticas lúdicas, esportivas e terapêuticas, como: a capoeira, as danças, o Tai Chi Chuan, o Lien Chi, o Lian Gong, o Tui-ná, a Shantala, o Do-in, o Shiatsu, a Yoga, entre outras.

Em face do caráter estratégico relacionado à qualidade de vida e à prevenção do adoecimento, as ações de Atividade Física/ Práticas Corporais devem buscar a inclusão de toda a comunidade adstrita, não devendo restringir seu acesso apenas às populações já adoecidas ou mais vulneráveis.

Detalhamento das ações:

- desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade;

- veicular informações que visam à prevenção, a minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado;

- incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertencimento social nas comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;

- proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/Práticas Corporais, nutrição e saúde juntamente com as ESF, sob a forma de co-participação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente;

- articular ações, de forma integrada às ESF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública;

- contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência;

- identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com as ESF;

- capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde - ACS, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento de Atividades Físicas/Práticas Corporais;

- supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas ESF na comunidade;

- promover ações ligadas à Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território - escolas, creches etc;

- articular parcerias com outros setores da área adstrita, junto com as ESF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais; e

- promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população.

Ações das Práticas Integrativas e Complementares - Ações de Acupuntura e Homeopatia que visem à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, ampliando o acesso ao sistema de saúde, proporcionando incremento de diferentes abordagens, tornando disponíveis outras opções preventivas e terapêuticas aos usuários do SUS.

LEI Nº 1.897, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA A LEI Nº 1.299, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF EM ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF E AUTORIZA A CRIAÇÃO DE NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescidos os §§ 1º e 2º, no art. 8º, da Lei nº 1.299/2011, com a seguinte redação:

“Art. 8º [...]

§ 1º Adota o município de São Francisco do Sul o NASF 1, que será composto em até seis profissionais de nível superior de ocupações não-coincidentes de acordo com o Código Brasileiro de Ocupações - CBO, das seguintes ocupações: Médico Acupunturista; Assistente Social; Professor de Educação Física; Farmacêutico; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Médico Ginecologista; Médico Homeopata; Nutricionista; Médico Pediatra; Psicólogo; Médico Psiquiatra; Terapeuta Ocupacional; Educador Social, Enfermeiro pós graduado em saúde pública ou gestão pública.

§ 2º As ações de responsabilidade de todos os profissionais que compõem os NASF, a serem desenvolvidas em conjunto com as equipes de Estratégia Saúde da Família estão descritas no Anexo II desta Lei.”

LEI Nº 1.897, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Detalhamento das ações:

- desenvolver ações individuais e coletivas relativas às Práticas Integrativas e Complementares;
- veicular informações que visem à prevenção, à minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado;
- incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertencimento social nas comunidades, por meio das ações individuais e coletivas referentes às Práticas Integrativas e Complementares;
- proporcionar Educação Permanente em Práticas Integrativas e Complementares, juntamente com as ESF, sob a forma da coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente;
- articular ações, de forma integrada às ESF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública;
- contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência;
- identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho educativo em Práticas Integrativas e Complementares, em conjunto com as ESF;
- capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde - ACS, para atuarem como facilitadores/monitores no processo de divulgação e educação em saúde referente às Práticas Integrativas e Complementares;
- promover ações ligadas às Práticas Integrativas e Complementares junto aos demais equipamentos públicos presentes no território - escolas, creches etc; e
- realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional.

Ações de Reabilitação - Ações que propiciem a redução de incapacidades e deficiências com vistas à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, favorecendo sua reinserção social, combatendo a discriminação e ampliando o acesso ao sistema de saúde.

A Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência - Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 - compreende que as "deficiências podem ser parte ou expressão de uma condição de saúde, mas não indicam necessariamente a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente" (CIF, 2003).

O processo de reabilitação, tendo em vista seu compromisso com a Inclusão Social, deve ocorrer o mais próximo possível da moradia, de modo a facilitar o acesso, a valorizar o saber da comunidade e a integrar-se a outros equipamentos presentes no território. Assim, é fundamental que os serviços de atenção básica sejam fortalecidos para o cuidado da população com deficiência e suas equipes tenham os conhecimentos necessários à realização de uma atenção resolutiva e de qualidade, encaminhando adequadamente os usuários para os outros níveis de complexidade quando se fizer necessário.

As ações de reabilitação devem ser multiprofissionais e transdisciplinares, provendo o desenvolvimento de responsabilidades compartilhadas no qual, por meio do entrosamento constante entre os diferentes profissionais, se formulem projetos terapêuticos únicos que considerem a pessoa, suas necessidades e o significado da deficiência no contexto familiar e social. Os resultados das ações deverão ser constantemente avaliados na busca por ações mais adequadas e prover o melhor cuidado longitudinal aos usuários.

Detalhamento das ações:

- realizar diagnóstico, com levantamento dos problemas de saúde que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termos de reabilitação, na área adstrita às ESF;
- desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle do ruído, com vistas ao autocuidado;
- desenvolver ações para subsidiar o trabalho das ESF no que diz respeito ao desenvolvimento infantil;
- desenvolver ações conjuntas com as ESF visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento;
- realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos;
- acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF;
- desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos;
- desenvolver ações integradas aos equipamentos sociais existentes, como escolas, creches, pastorais, entre outros;
- realizar visitas domiciliares para orientações, adaptações e acompanhamentos;
- capacitar, orientar e dar suporte às ações dos ACS;
- realizar, em conjunto com as ESF, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares;
- desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência;
- orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e ACS sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente às características específicas de cada indivíduo;
- desenvolver ações de Reabilitação Baseada na Comunidade - RBC que pressuponham valorização do potencial da comunidade, concebendo todas as pessoas como agentes do processo de reabilitação e inclusão;
- acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um de seus componentes;
- acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário;- realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde; e
- realizar ações que facilitem a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.

LEI Nº 1.897, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Ações de Alimentação e Nutrição - Ações de promoção de práticas alimentares saudáveis em todas as fases do ciclo da vida e respostas às principais demandas assistenciais quanto aos distúrbios alimentares, deficiências nutricionais e desnutrição, bem como aos planos terapêuticos, especialmente nas doenças e agravos não-transmissíveis.

A promoção de práticas alimentares saudáveis é um componente importante da promoção da saúde em todas as fases do ciclo da vida e abrange os problemas vinculados à desnutrição, incluindo as carências específicas, a obesidade e os demais distúrbios nutricionais e sua relação com as doenças e agravos não-transmissíveis.

Nessa direção, é importante socializar o conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação, bem como desenvolver estratégias de resgate de hábitos e práticas alimentares regionais relacionadas ao consumo de alimentos locais de custo acessível e elevado valor nutritivo. A incorporação das ações de alimentação e nutrição, no âmbito da Atenção Básica, deverá dar respostas às suas principais demandas assistenciais, ampliando a qualidade dos planos terapêuticos especialmente nas doenças e agravos não-transmissíveis, no crescimento e desenvolvimento na infância, na gestação e no período de amamentação.

O diagnóstico populacional da situação alimentar e nutricional com a identificação de áreas geográficas, segmentos sociais e grupos populacionais de maior risco aos agravos nutricionais, propiciada pelo sistema de vigilância alimentar e nutricional confere racionalidade como base de decisões para as ações de nutrição e promoção de práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população.

As ações de Alimentação e Nutrição integram o compromisso do setor saúde com relação aos componentes do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional criado pela Lei. nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com vistas ao direito humano à alimentação adequada.

Detalhamento das ações:

- conhecer e estimular a produção e o consumo dos alimentos saudáveis produzidos regionalmente;
- promover a articulação intersetorial para viabilizar o cultivo de hortas e pomares comunitários;
- capacitar ESF e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição; e
- elaborar em conjunto com as ESF, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à Alimentação e Nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contra-referência do atendimento.

Ações de Saúde Mental - Atenção aos usuários é a familiares em situação de risco psicossocial ou doença mental que propicie o acesso ao sistema de saúde e à reinserção social. As ações de combate ao sofrimento subjetivo associado a toda e qualquer doença e a questões subjetivas de entrave à adesão a práticas preventivas ou a incorporação de hábitos de vida saudáveis, as ações de enfrentamento de agravos vinculados ao uso abusivo de álcool e drogas e as ações de redução de danos e combate à discriminação.

A atenção em saúde mental deve ser feita dentro de uma rede de cuidados - rede de atenção em saúde mental - que já inclui a rede de Atenção Básica/Saúde da Família, os Centros de Atenção Psicossocial- CAPS, as residências terapêuticas, os ambulatórios, os centros de convivência, os clubes de lazer, entre outros. Os CAPS, dentro da Política de Saúde Mental, são estratégicos para a organização dessa rede, pois são serviços também territorializados, que estão circunscritos ao espaço de convívio social dos usuários que os frequentam - sua família, escola, trabalho, igreja etc. - e que visam resgatar as potencialidades desses recursos comunitários, incluindo-os no cuidado em saúde mental. Os NASF devem integrar-se a essa rede, organizando suas atividades a partir das demandas articuladas junto às equipes de Saúde da Família, devendo contribuir para propiciar condições à reinserção social dos usuários e a uma melhor utilização das potencialidades dos recursos comunitários na busca de melhores práticas em saúde, de promoção da equidade, da integralidade e da construção da cidadania.

Detalhamento das ações:

- realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional;
- apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar;
- discutir com as ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas;
- criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade;
- evitar práticas que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatrização e à medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana;
- fomentar ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não-manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura;
- desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial - conselhos tutelares, associações de bairro, grupos de auto-ajuda etc;
- priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade;
- possibilitar a integração dos agentes redutores de danos aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família; e
- ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.

LEI Nº 1.897, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Ações de Serviço Social - Ações de promoção da cidadania e de produção de estratégias que fomentem e fortaleçam redes de suporte social e maior integração entre serviços de saúde, seu território e outros equipamentos sociais, contribuindo para o desenvolvimento de ações intersetoriais para realização efetiva do cuidado.

Considerando-se o contexto brasileiro, suas graves desigualdades sociais e a grande desinformação acerca dos direitos, as ações de Serviço Social deverão se situar como espaço de promoção da cidadania e de produção de estratégias que fomentem e fortaleçam redes de suporte social propiciando uma maior integração entre serviços sociais e outros equipamentos públicos e os serviços de saúde nos territórios adstritos, contribuindo para o desenvolvimento de ações intersetoriais que visem ao fortalecimento da cidadania.

Detalhamento das ações:

- coordenar os trabalhos de caráter social adstritos às ESF;
- estimular e acompanhar o desenvolvimento de trabalhos de caráter comunitário em conjunto com as ESF;
- discutir e refletir permanentemente com as ESF a realidade social e as formas de organização social dos territórios, desenvolvendo estratégias de como lidar com suas adversidades e potencialidades;
- atender as famílias de forma integral, em conjunto com as ESF, estimulando a reflexão sobre o conhecimento dessas famílias, como espaços de desenvolvimento individual e grupal, sua dinâmica e crises potenciais;
- identificar no território, junto com as ESF, valores e normas culturais das famílias e da comunidade que possam contribuir para o processo de adoecimento;
- discutir e realizar visitas domiciliares com as ESF, desenvolvendo técnicas para qualificar essa ação de saúde;
- possibilitar e compartilhar técnicas que identifiquem oportunidades de geração de renda e desenvolvimento sustentável na comunidade, ou de estratégias que propiciem o exercício da cidadania em sua plenitude, com as ESF e a comunidade;
- identificar, articular e disponibilizar com as ESF uma rede de proteção social;
- apoiar e desenvolver técnicas de educação e mobilização em saúde;
- desenvolver junto com os profissionais das ESF estratégias para identificar e abordar problemas vinculados à violência, ao abuso de álcool e a outras drogas;
- estimular e acompanhar as ações de Controle Social em conjunto com as ESF;
- capacitar, orientar e organizar, junto com as ESF, o acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família e outros programas federais e estaduais de distribuição de renda; e
- identificar as necessidades e realizar as ações de Oxigenioterapia, capacitando as ESF no acompanhamento dessa ação de atenção à saúde.

Ações de Saúde da Criança - Ações de atenção às crianças desenvolvidas a partir de demandas identificadas e referenciadas pela equipe de Atenção Básica/Saúde da Família, cuja complexidade exija atenção diferenciada. Ações de interconsulta desenvolvidas juntamente com médicos generalistas e demais componentes das equipes de Saúde da Família, que estejam inseridas num processo de educação permanente. Ações de capacitação dentro de um processo de educação permanente para os diferentes profissionais das equipes Saúde da Família e os demais atendimentos/procedimentos da área que requeiram nível de conhecimento ou tecnologia mais específico.

Detalhamento das ações:

- realizar junto com as ESF o planejamento das ações de saúde da criança;
 - realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional;
 - apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de agravos severos e/ou persistentes de saúde da criança, além de situações específicas, como a de violência intrafamiliar;
 - discutir com as ESF os casos identificados que necessitem de ampliação da clínica em relação a questões específicas;
 - criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas que se traduzam em maior vulnerabilidade;
 - evitar práticas que levem a medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana;
 - desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando desenvolver espaços de vida saudáveis na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial (conselhos tutelares, escolas, associações de bairro etc);
 - priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde da criança se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade;
 - ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração; e
 - realizar visita domiciliar conjunta às equipes Saúde da Família a partir de necessidades identificadas, a exemplo dos casos de pacientes impossibilitados de deambular.
- Ações de Saúde da Mulher** - Ações de interconsulta desenvolvidas juntamente com médicos generalistas e demais componentes das equipes de Saúde da Família que estejam inseridas num processo de educação permanente; ações de capacitação em serviço dentro de um processo de educação permanente para os diferentes profissionais das equipes Saúde da Família; ações de atenção individual às mulheres, desenvolvidas a partir de demandas identificadas e referenciadas pela equipe de Atenção Básica/Saúde da Família; cuja complexidade do caso exija atenção diferenciada; ações diferenciadas, como pré-natal de risco não habitual, cujo acompanhamento se desenvolva de maneira compartilhada com as equipes Saúde da Família; realização de colposcopia e biópsias dirigidas, realização de cirurgias de alta-frequência (CAF) e demais

LEI Nº 1.897, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

atendimentos/procedimentos da área que requeiram nível de conhecimento ou tecnologia mais específico.

Detalhamento das ações:

- realizar junto com as ESF, o planejamento das ações de saúde da mulher;
- realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional;
- apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de agravos severos e/ou persistentes de saúde da mulher, além de situações específicas como a de violência intrafamiliar;
- discutir com as ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões específicas;
- criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas que se traduzam em maior vulnerabilidade;
- evitar práticas que levem à medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana;
- desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de vida saudáveis na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial - conselhos tutelares, escolas, associações de bairro etc;
- priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde da mulher se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade;
- ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração; e
- realizar visita domiciliar em conjunto com as equipes Saúde da Família a partir de necessidades identificadas, a exemplo dos casos de pacientes impossibilitados de deambular.

Ações de Assistência Farmacêutica - Ações voltadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde, no âmbito individual e coletivo, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao acesso e ao seu uso racional.

A Assistência Farmacêutica nas NASF visa fortalecer a inserção da atividade farmacêutica e do farmacêutico de forma integrada às equipes de Atenção Básica/Saúde da Família, cujo trabalho buscará garantir à população o efetivo acesso e a promoção do uso racional de medicamentos, contribuindo com a resolubilidade das ações de promoção, de prevenção e de recuperação da saúde, conforme estabelecem as diretrizes da Estratégia da Saúde da Família e da Política Nacional de Medicamentos e da Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

Detalhamento das ações:

- coordenar e executar as atividades de Assistência Farmacêutica no âmbito da Atenção Básica/Saúde da Família;
- auxiliar os gestores e a equipe de saúde no planejamento das ações e serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica/Saúde da Família, assegurando a integralidade e a intersetorialidade das ações de saúde;
- promover o acesso e o uso racional de medicamentos junto à população e aos profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o uso;
- assegurar a dispensação adequada dos medicamentos e viabilizar a implementação da Atenção Farmacêutica na Atenção Básica/Saúde da Família;
- selecionar, programar, distribuir e dispensar medicamentos e insumos, com garantia da qualidade dos produtos e serviços;
- Orientar quanto ao recebimento, armazenamento e distribuição adequada os medicamentos na Atenção Básica/Saúde da Família;
- acompanhar e avaliar a utilização de medicamentos e insumos, inclusive os medicamentos fitoterápicos, homeopáticos, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população;
- subsidiar o gestor, os profissionais de saúde e as ESF com informações relacionadas à morbimortalidade associados aos medicamentos;
- elaborar, em conformidade com as diretrizes municipais, estaduais e nacionais, e de acordo com o perfil epidemiológico, projetos na área da Atenção/Assistência Farmacêutica a serem desenvolvidos dentro de seu território de responsabilidade;
- intervir diretamente com os usuários nos casos específicos necessários, em conformidade com a equipe de Atenção Básica/Saúde da Família, visando uma farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados à melhoria da qualidade de vida;
- estimular, apoiar, propor e garantir a educação permanente de profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família envolvidos em atividades de Atenção/Assistência Farmacêutica; e
- treinar e capacitar os recursos humanos da Atenção Básica/Saúde da Família para o cumprimento das atividades referentes à Assistência Farmacêutica."

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 29 de agosto de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

NÁDIA MOREIRA RAPOSO

Secretária Municipal de Saúde

LEI Nº 1.898, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

27.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

27.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2065 – Manutenção do Programa Gestão Plena

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Rec.de impostos e de transf. imp. saúde..R\$ 3.000.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 3.000.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.001 – SECRETARIA EXECUTIVA DO GABINETE

2003 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

335000.000 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 10.000,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 9.000,00

02.005 – COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

2074 – Manutenção da Unidade de Controle Interno

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 10.000,00

03.00 – GABINETE DO VICE PREFEITO

03.001 – GABINETE DO VICE PREFEITO

2005 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Vice-prefeito

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 10.000,00

05.00 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

05.001 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2006 – Manutenção da Estrutura da Assessoria Jurídica

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 9.000,00

06.00 – DIRETORIA DO NÚCLEO AVANÇADO DE GESTÃO

06.001 – DIRETORIA DO NÚCLEO AVANÇADO DE GESTÃO

2007 – Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Governo

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 2.250,00

06.002 – GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

2047 – Implantação da Comunicação Institucional da Pmsfs

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 154.500,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 9.000,00

07.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

07.001 – GERENCIA TÉCNICA

1004 – Sinalização Horizontal / Vertical

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 2.250,00

2008 – Manutenção Dos Serviços Viários

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 11.000,00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS

08.002 – GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS

1006 – Manutenção e Atualização da Frota Municipal

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 14.000,00

LEI Nº 1.898, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

1007 – Construção e Reforma de Prédios Públicos

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 35.000,00

2010 – Manutenção da Atividades Administrativas da Secretaria de Administração

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 23.000,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 10.000,00

08.006 – COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

2002 – Manutenção da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 2.895,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 6.000,00

08.007 – COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2012 – Manutenção da Gerência de Tributação e Fiscalização

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 15.000,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 10.000,00

08.008 – COORDENADORIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

0001 – Amortização da Dívida Pública

3000000.000 – Despesas Correntes

3200000.000 – Juros e Encargos da Dívida

329000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 1.000.000,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4600000.000 – Amortização da Dívida

469000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 1.050.000,00

2011 – Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Finanças - Gerência Financeira e Gerência de Contabilidade

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 5.000,00

08.009 – COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

1010 – Aquisição de Equipamentos

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 9.000,00

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

09.001 – GERENCIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2012 – Manutenção da Gerência de Tributação e Fiscalização

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 5.773,00

09.003 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E CONTROLE

2011 – Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Finanças - Gerência Financeira e Gerência de Contabilidade

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 26.232,00

11.00 – SECRETARIA DE DESENVOLV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

11.001 – GER. DE APOIO E FOMENTO À IND, PORTO, PREST SERVI

1011 – Desenvolvimento Econômico do Município

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 2.550,00

2015 – Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários.....R\$ 5.767,00

11.002 – COORDENADORIA DO CEMEP

2016 – Manutenção da Educação Profissionalizante

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

LEI Nº 1.898, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 5.000,00
11.003 – GERÊNCIA DE TURISMO			
2018 – Realização de Eventos Artísticos, Culturais, Esportivos e Atividades de Promoção Turística			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3350000.000 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 50.000,00
1013 – Construção de Obras para Desenvolvimento Turístico			
4000000.000 – Despesas de Capital			
4400000.000 – Investimentos			
4490000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 80.000,00
2017 – Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Turismo			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 18.856,00
4000000.000 – Despesas de Capital			
4400000.000 – Investimentos			
4490000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 3.240,00
1014 – Implantação de Projetos de Segmentação do Turismo			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 3.240,00
11.004 – Gerência de Esporte			
1042 – Obras de Infraestrutura para o Esporte			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 6.562,00
2046 – Manutenção do Programa Esporte para Todos			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3350000.000 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 4.500,00
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 160.000,00
4000000.000 – Despesas de Capital			
4400000.000 – Investimentos			
4490000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 1.500,00
11.005 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA			
2019 – Manutenção das Atividades Operacionais da Gerência de Agricultura			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 15.000,00
11.006 – GERÊNCIA DE PESCA			
1016 – Obras de Construção e Reforma - Secretaria de Agricultura e Pesca			
4000000.000 – Despesas de Capital			
4400000.000 – Investimentos			
4490000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 8.548,00
15.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
15.003 – GERENCIA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL			
2075 – Manutenção das Atividades da Sec. de Obras com Serviços Públicos			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 92.493,00
15.004 – Gerência do Ervino			
2085 – Manutenção da Gerência do Ervino			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 1.500,00
15.005 – GERÊNCIA DO SAÍ			
2050 – Manutenção das Atividades da Intendência do Saí			
4000000.000 – Despesas de Capital			
4400000.000 – Investimentos			
4490000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 9.000,00

LEI Nº 1.898, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

15.006 – GERÊNCIA DOS BALNEÁRIOS			
2042 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Balneários			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 1.644,00
16.00 – SECRETARIA MUN. DE DESENVOLV. SOCIAL E CIDADANIA			
16.001 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
1030 – Construção e Reforma de Prédios Públicos			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 4.500,00
2037 – Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Social e da Cidadania (SDSC)			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 15.687,00
4000000.000 – Despesas de Capital			
4400000.000 – Investimentos			
4490000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 5.000,00
16.005 – GERÊNCIA DE HABITAÇÃO			
2049 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 1.440,00
1043 – Implantação de Núcleos Habitacionais			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 3.750,00
4000000.000 – Despesas de Capital			
4400000.000 – Investimentos			
4490000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 15.000,00
18.00 – SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUT, URBANISMO E INTEGRA			
18.004 – GERÊNCIA DE URBANISMO			
2039 – Manutenção das Atividades Administrativas da Sec. de Infraestrutura, Urbanismo e Integração			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3350000.000 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$4.500,00
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 4.900,00
20.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE			
20.001 – GERENCIA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE			
1040 – Programa de Proteção ao Meio Ambiente			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 4.950,00
2043 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria do Meio Ambiente			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 14.685,00
2044 – Manutenção do Parque Morro do Hospício			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 9.750,00
22.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL			
22.001 – GERÊNCIA DE EDIÇÃO DE ÁUDIO			
2047 – Implantação da Comunicação Institucional da PMSFS			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 3.724,00
23.00 – SECRETARIA MUN. DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS			
23.001 – GERÊNCIA DE HABITAÇÃO			
2048 – Manutenção das Atividades da SMHAF			
3000000.000 – Despesas Correntes			
3300000.000 – Outras Despesas Correntes			
3390000.000 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recurso:	010.00000	–Recursos Ordinários.....	R\$ 4.554,00
TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$ 3.000.000,00			

LEI Nº 1.898, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o § 1º do Art. 3º c/c o art.7º, da Lei 1.539, de 5 de agosto de 2013.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 31 de agosto de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,

Finanças e Gestão de Pessoas

NÁDIA MOREIRA RAPOSO

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA

PORTARIA nº 14.451, de 31 de agosto de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, que foram eleitos para representar os Servidores da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul - SC, na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA 2017/2018, no âmbito da Administração Pública Direta

I – ARISTEU MIGUEL PARTICA – Agente de Obras e Serviços;
II – ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS – Assessor Executivo;
III – CIBELY KÜHL – Assistente Executivo.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 31 de agosto de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.453, de 1º de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e conforme a Norma Regulamentadora nº 5, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego, Lei Municipal nº 1.508, de 29 de abril 2013, e o Decreto nº 1.830, de 7 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º – EMPOSSAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, que foram eleitos para representar os Servidores da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul - SC, na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA 2017/2018, no âmbito da Administração Pública Direta

TITULARES	
Vice-Presidente	Roberto da Silva França
1º Membro	Fábio Linhares
2º Membro	Rubilar Franco Avencurt

SUPLENTE	
1º Suplente	Alessandra dos Santos Vieira
2º Suplente	Marilda Raquel Costa da Silva
3º Suplente	Antonio Felipe dos Passos

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.454, de 1º de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e conforme a Norma Regulamentadora nº 5, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego, Lei Municipal nº 1.508, de 29 de abril 2013, e o Decreto nº 1.830, de 7 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, como representantes da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul (SC), na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA 2017/2018, no âmbito da Administração Pública Direta:

TITULARES	
Presidente	Elaine Cristina Martins Tavares
1º Membro	Neusa Borges Correia
2º Membro	Márcio Luiz de Oliveira

SUPLENTES	
1º Suplente	João Batista Schneider Leite
2º Suplente	Amarildo de Souza Leão
3º Suplente	Rogério Humberto Cardoso

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Francisco do Sul - SC, 1º de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.456, de 1º de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - INCLUIR as alíneas 'd' e 'e', ao inciso II, do art. 1º, da Portaria nº 14.449, de 30 de agosto de 2017, para designar os servidores ADRIANA TEIXEIRA DAVIES e ONDIR CARDOSO CIDRAL para comporem a Comissão Permanente de Licitação e de Obras e Serviços de Engenharia da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, suas Autarquias, Fundações e Fundos Municipais, os servidores municipais adiante nominados, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I – [...]

II – Membros:

a) GISELLE MARGARET WURZ DE MIRANDA;

b) JONICIR MAX SCHARMITZEL;

c) ROSELANE QUADROS DA COSTA;

d) ADRIANA TEIXEIRA DAVIES; (NR)

e) ONDIR CARDOSO CIDRAL. (NR)"

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.457, de 1º de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE à servidora NELITHA CRISTINA BORBA LEDOUX, inscrita no CPF sob o nº 080.523.159-71, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Técnica em Enfermagem, nível 01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.458, de 1º de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE à servidora ALINE MARCONDES OBATA DA FONSECA, inscrita no CPF sob o nº 062.603.569-43, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Técnica em Enfermagem, nível 01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.459, de 4 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE à servidora JOSIANA CRISTINA DE LIMA, inscrita no CPF sob o nº 081.399.599-01, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Auxiliar Odontológico, nível 05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 2 de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 2 de setembro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 4 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.460, de 4 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE à servidora SILVIA BALÇANELLI, inscrita no CPF sob o nº 932.897.409-78, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Auxiliar Odontológico, nível 05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 3 de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 3 de setembro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 4 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.461, de 4 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE à servidora JUBILIANA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 051.312.149-80, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Auxiliar Odontológico, nível 05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 3 de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 3 de setembro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 4 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.464, de 4 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e conforme Processo nº 14992/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal MARILISE DA SILVA, matrícula nº 522430, inscrita no CPF sob o nº 622.670.519-15, ocupante de cargo público efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, referente aos seguintes períodos:

INSS

INÍCIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO	TEMPO
19/07/1986	23/02/1987	SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.	TC: 0 ano, 7 meses, 5 dias.
02/03/1987	02/05/1988	ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO	TC: 1 ano, 2 meses, 1 dia.
03/08/1987	16/08/1991	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	TC: 3 anos, 3 meses, 14 dias.
01/07/1989	21/10/1989	SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.	TC: 0 ano, 0 meses, 0 dias.
01/09/1990	09/11/1990	POLICLINICA PRÍNCIPE FELIZ LTDA	TC: 0 ano, 0 meses, 0 dias.
01/04/1992	29/12/1992	COLÉGIO DR BLUMENAU LTDA - EPP	TC: 0 ano, 8 meses, 29 dias.
01/02/1994	19/12/1997	SIMONE CORDEIRO	TC: 3 anos, 10 meses, 19 dias.
02/05/2001	28/02/2003	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 1 ano, 9 meses, 29 dias.
01/10/2001	30/08/2004	ASSOCIAÇÃO FRANCISQUENSE DE ENSINO	TC: 1 ano, 6 meses, 0 dias.
25/02/2003	09/07/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 10 anos, 10 meses, 9 dias.
22/03/2005	02/01/2006	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 0 meses, 0 dias.
06/02/2006	05/02/2007	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 0 meses, 0 dias.
11/08/2007	24/12/2007	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 0 meses, 0 dias.
18/02/2008	27/10/2008	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 0 meses, 0 dias.
04/02/2009	03/08/2009	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 0 meses, 0 dias.
03/03/1990	20/03/1992	SIMONE CORDEIRO ME	TC: 0 ano, 7 meses, 4 dias.

Tempo de Contribuição (TC) = 8930 dias, correspondendo a 24 anos, 5 meses e 20 dias.
Essas informações foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição - Protocolo nº 20024070.1.00164/16-8, expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, no dia 13 de outubro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.465, de 5 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e considerando a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, informada por meio de Carta de Concessão/Memória de Cálculo,

RESOLVE:

Art. 1º - AFASTAR, permanentemente, a servidora NAZARÉ MARIA MARTINS, matrícula nº 105473, inscrita no CPF sob o nº 309.608.609-59, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, devido à concessão de benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos que serão pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo anteriormente ocupado pelo servidor, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 31 de agosto de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 5 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.466, de 5 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e de acordo com o Processo nº 14814/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, o servidor WILSON ROGÉRIO DOS SANTOS, matrícula nº 571547, inscrito no CPF sob o nº 470.968.459-68, do cargo de Técnico em Enfermagem, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, a partir de 30 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 30 de agosto de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.467, de 5 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e de acordo com o Processo nº 14932/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora SANDRA REGINA COELHO, matrícula nº 218847, inscrita no CPF sob o nº 889.821.739-00, do cargo de Agente Obras e Serviços, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, a partir de 31 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 31 de agosto de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.468, de 5 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e de acordo com o Processo nº 14891/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, o servidor RENATO ALBERTO BELETI, matrícula nº 487392, inscrito no CPF sob o nº 201.692.219-20, do cargo de Guarda de Segurança, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, a partir de 31 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 31 de agosto de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.469, de 5 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Julgadora a fim de analisar e julgar os documentos referentes ao Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 014/2017 – Médico ESF e Médico Ortopedista:

I – Titulares:

- a) MARIA THELMA BARCZYSZYN – Assistente Executivo;
- b) ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS – Assessor Executivo;
- c) ANA PAULA DA MAIA SILVA – Assessor Administrativo.

II – Suplentes:

- a) ARISTEU MIGUEL PARTICA – Agente de Obras e Serviços;
- b) CRISTIANE FERNANDES DE MACEDO GOMES – Auxiliar Administrativo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 5 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.470, de 5 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, com a Instrução Normativa TC – 11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV, e de acordo com o Processo nº 15077/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - INCLUIR no art. 1º da Portaria nº 13.352, de 21 de outubro de 2017, que averbou, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal MARLI VIDAL DE ALMEIDA, matrícula nº 229954, inscrita no CPF sob o nº 889.839.869-72, ocupante de cargo público efetivo de Professora de Ensino Fundamental

IPREV

INICIO	FIM	EMPRESA/ÓRGÃO
04/07/1985	31/12/1987	Secretaria de Estado da Educação - SC
21/04/1988	21/07/1988	Secretaria de Estado da Educação - SC
15/08/1988	30/09/1991	Secretaria de Estado da Educação - SC
Tempo de Contribuição (TC) = 2145 dias, correspondendo a 5 anos, 10 meses e 20 dias. Essas informações foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição nº 954/2013, expedida pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV, no dia 22 de agosto de 2013.		

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 5 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.475, de 11 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e em conformidade com o Processo nº 14758/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor PAULO JOSÉ DE AGUIAR, matrícula nº 7907176, ocupante do cargo de Auxiliar Executivo, gratificação de Adicional, no percentual de 20%, em nível do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Portuária, nos termos do art. 78, §4º, da Lei Complementar nº 8/2003, calculada sobre o valor do vencimento inicial do cargo efetivo, a partir da data do Processo nº 14758, protocolado em 29 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 29 de agosto de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 11 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.477, de 12 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE ao servidor JOABE JOSÉ DE SOUZA MIRANDA, inscrito no CPF sob o nº 082.976.569-77, aprovado no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Técnico em Enfermagem, nível 1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul - SC, a partir de 28 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 28 de agosto de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 12 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.479, de 12 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE a servidora ESTER GARCIA ORTEGA EMILIANO, inscrita no CPF sob o nº 555.710.501-87, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Técnica em Enfermagem, nível 01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul - SC, a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de setembro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 12 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.480, de 12 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE ao servidor MARCOS ROBERTO TEIXEIRA, inscrito no CPF sob o nº 889.813.639-00, aprovado no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Instrutor de Artes Marciais - Taekwondo, nível 18, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul - SC, a partir de 12 de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 12 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA nº 14.481, de 12 de setembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE ao servidor MARIO SÉRGIO DE ARAÚJO PINTO, inscrito no CPF sob o nº 119.004.197-93, aprovado no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Instrutor de Artes Marciais - Karatê, nível 18, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul - SC, a partir de 12 de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 12 de setembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal



PORTARIA nº 14.444, de 30 de agosto de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e de acordo com o Processo nº 9372/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 14.230, de 19 de maio de 2017, que concedeu Auxílio Escolar ao servidor RAFAEL GONÇALVES DE ALMEIDA, matrícula nº 7868286, a partir da data do Processo nº 9372, de 30 de maio de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 30 de maio de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 30 de agosto de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal



Procurador-Geral do Município
Visto, publique-se e registre-se.
Data: 30/08/2017

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no mural da Prefeitura Municipal em 30/08/2017

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 - Centro - 89240-000 - São Francisco do Sul-SC
www.saofranciscodosul.sc.gov.br



PORTARIA nº 14.445, de 30 de agosto de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e com fundamento no art. 10, da Lei Complementar nº 55/2014, e o art. 78, da Lei Complementar nº 8/2003, e de acordo com o Processo nº 11528/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Auxílio Escolar para o Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, ao servidor RAFAEL GONÇALVES DE ALMEIDA, matrícula nº 7868286, ocupante do cargo de Agente de Obras e Serviços, a partir da data do Processo nº 11528, de 10 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 10 de julho de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 30 de agosto de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal



Procurador-Geral do Município
Visto, publique-se e registre-se.
Data: 30/08/2017

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no mural da Prefeitura Municipal em 30/08/2017

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 - Centro - 89240-000 - São Francisco do Sul-SC
www.saofranciscodosul.sc.gov.br

DIVERSOS



Resultado Preliminar Edital de Chamamento Público 001/2017

Proponente selecionado: Associação dos Universitários de São Francisco do Sul - A.U.S.F.S.

CNPJ: 79.356.614/0001-60

Critérios de Julgamento	Pontuação
1. Informações sobre ações a serem executadas, indicadores de cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	2,0
2. Há nexo entre a proposta apresentada através das metas/ações/objetivos e a realidade com a necessidade da Administração Pública?	1,0
3. A metodologia apresentada na proposta possui coerência com as metas/ações/atividades e com o objeto da ação?	1,0
4. O cronograma de execução é compatível com as metas/ações/objetivo da proposta?	1,5
5. Capacidade técnico - operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	1,5
Pontuação final da proponente	7,0

São Francisco do Sul, 13 de setembro de 2017.

Laure Alice Kluenger
Comissão de Seleção

Camila Cristina Silva
Comissão de Seleção

Hever Paulo Cabral
Comissão de Seleção

Prédio: Cel. Benedito, 02 - Centro - 89240-000 - São Francisco do Sul-SC
www.saofranciscodosul.sc.gov.br

TERMO DE SUSPENSÃO – CONCURSO DE PROJETOS

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC, através do Fundo Municipal De Saúde/Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais comunica a **SUSPENSÃO SINE DIE** da entrega dos envelopes, Edital e realização da sessão pública do **CONCURSO DE PROJETOS, Processo Administrativo nº**

º 14258/2017, para selecionar e firmar Contrato de Gestão com a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, que tem por objeto o Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça e Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, porte I.

São Francisco do Sul, 15 de setembro de 2017.

Nádia Moreira Raposo
Secretária Municipal de Saúde
Município de São Francisco do Sul